ISSN: 2358-8829

Planejamento Colaborativo no Ensino Fundamental I: Uma Revisão de Literatura sobre Barreiras e Facilitadores na Atuação Conjunta entre Professor Regente e Professor do Atendimento Educacional Especializado

Dienieires dos Santos Oliveira [1]
Márcia Freire de Oliveira [2]

INTRODUÇÃO

A consolidação da perspectiva inclusiva no sistema educacional brasileiro demanda a superação de práticas individualistas e a reconfiguração dos papéis docentes. A Educação Especial assume hoje o compromisso de assegurar a permanência qualificada dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular. Contudo, a matrícula isolada não garante o direito à aprendizagem, tornando indispensável a articulação pedagógica contínua entre o professor regente e o docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nesse cenário, o planejamento colaborativo desponta como ferramenta central contra o isolamento docente. Este estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (PPGOA/UFPB), orienta-se pela seguinte questão: O que a produção acadêmica recente aponta como os principais obstáculos e estratégias de sucesso para a efetivação do planejamento colaborativo no Ensino Fundamental I?

O objetivo geral consiste em analisar a produção acadêmica recente acerca dos principais obstáculos e estratégias de sucesso que incidem sobre a efetivação do planejamento colaborativo entre o professor regente e o especialista do AEE nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos são:

1. Mapear as publicações científicas nacionais sobre articulação pedagógica e planejamento conjunto docente no Ensino Fundamental I indexadas nas principais bases de dados educacionais;

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, dienisantosoliveira@gmail.com;
[2] Professora Orientadora. Doutora Marcia Freire de Oliveira da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, marciafreire@ufu.br;

2. Identificar as barreiras institucionais, atitudinais, formativas e estruturais que dificultam a institucionalização do planejamento conjunto;
3. Evidenciar práticas pedagógicas e modelos de coensino apontados como facilitadores da escolarização inclusiva no chão da escola.

A justificativa acadêmica fundamenta-se na necessidade de sistematizar o conhecimento sobre a colaboração docente inclusiva, preenchendo lacunas sobre arranjos de gestão escolar. Socialmente, o estudo defende a equidade pedagógica para educandos historicamente vulnerabilizados. No contexto contemporâneo, a relevância centra-se na análise das condições concretas de trabalho frente à sobrecarga laboral e à escassez de tempos institucionais de coordenação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica de literatura. Conforme conceituam Merriam e Tisdell (2016, p. 95), a revisão bibliográfica consiste em "um ensaio narrativo que integra, sintetiza e critica o pensamento e a investigação importantes sobre determinado tópico", orientando-se pelo "diálogo com estudos anteriores e trabalhos na área" (MERRIAM; TISDELL, 2016, p. 90).

O levantamento ocorreu de 15 a 18 de janeiro de 2026 nas bases SciELO, Scopus, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O recorte temporal compreendeu o período de 2021 a 2026, com publicações em português e inglês. Utilizaram-se os descritores com o operador *AND*: "Planejamento Colaborativo" *AND* "Professores" *AND* "Ensino Fundamental I"; "Planejamento Colaborativo" *AND* "Educação Especial"; e "Planejamento Colaborativo" *AND* "Professor do AEE".

Adotaram-se como critérios de inclusão: artigos revisados por pares, dissertações e teses com aderência temática ao Ensino Fundamental I e foco na articulação entre sala comum e AEE. Excluíram-se produções voltadas a outras etapas, ensaios puramente teóricos e resumos simples.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

A fundamentação teórica ancora-se na superação dos paradigmas segregadores e no modelo social da deficiência. Sob essa abordagem anticapacitista, a deficiência resulta da interação entre impedimentos corporais e as barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas do meio.

Planejamento colaborativo e coensino constituem construtos indissociáveis. Enquanto o planejamento conjunto firma metas pedagógicas e rompe com a solidão do regente (BARBOSA; SILVA, 2025; OLIVEIRA, 2025; TREVICHENSKI, 2025), o coensino materializa essa parceria na sala comum sob paridade funcional, afastando a redução do especialista a mero monitor.

Essas premissas respaldam-se na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE, a qual veda a exigência de laudos clínicos para o acesso ao AEE. A Portaria MEC nº 421/2026 consolida o planejamento colaborativo como diretriz estruturante, definindo o Plano Educacional Individualizado (PEI) como instrumento de corresponsabilidade docente e demarcando a natureza pedagógica dos professores frente aos profissionais de apoio escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento inicial registrou vinte produções (dez artigos, nove dissertações e uma tese). Após a aplicação dos critérios de inclusão e recorte temporal, o *corpus* analítico consolidou-se em sete investigações: quatro artigos e três dissertações.

Nos artigos científicos, Barbosa e Silva (2025) demonstram a centralidade do planejamento compartilhado na implementação de adaptações curriculares mediadas por tecnologias assistivas. Em contrapartida, Jesus, Valim e Jatobá (2024) denunciam a sobrecarga de trabalho, a itinerância e a precariedade material nas escolas, o que induz os docentes ao custeio pessoal de insumos acessíveis. Torres et al. (2025) aprofundam a vivência da "solidão docente" e a indevida persistência de laudos médicos para ingresso no AEE, prática que penaliza famílias vulneráveis e transgride balizas legais federais. Complementarmente, Trevichenski (2025) evidencia lacunas na formação inicial de professores, indicando o coensino e as metodologias ativas como saídas à recepção burocrática dos preceitos inclusivos.

No conjunto das dissertações, Carastro (2024) comprova que o coensino respaldado pela gestão escolar reduz a insegurança didática e viabiliza avanços

expressivos na consciência fonológica, na alfabetização e nas tutorias entre pares de alunos com deficiência intelectual. Oliveira (2025) analisa uma rede pública e identifica a carência de horas remuneradas conjuntas como barreira fulcral, alertando que a localização da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em polos externos inviabiliza o diálogo e perpetua noções integracionistas. Santos (2026) constata que a ausência de tempo institucional degrada o planejamento em conversas rápidas de corredor motivadas por crises disciplinares. Todavia, a autora demonstra que a gestão democrática, ao garantir horários de coordenação compartilhada, converte o chão da escola em espaço de formação continuada em serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa cumpriu seus objetivos ao sistematizar que os principais obstáculos ao planejamento colaborativo no Ensino Fundamental I residem na ausência de tempos remunerados na jornada, na precarização laboral pela itinerância, na exigência médica de laudos, na formação inicial deficitária e no distanciamento espacial de salas de recursos polo.

Em contrapartida, os facilitadores consistem no coensino alicerçado na gestão democrática, no uso de tecnologias assistivas e na formação continuada reflexiva em serviço. A atuação conjugada supera o voluntarismo e potencializa o letramento e a autonomia discente.

Recomenda-se para investigações futuras a condução de estudos empíricos e longitudinais sobre redes públicas que instituíram por lei horas-atividade conjuntas, bem como sobre modelos de gestão que integrem plenamente as Salas de Recursos Multifuncionais às rotinas regulares.

Palavras-chave: Planejamento Colaborativo; Atendimento Educacional Especializado; Ensino Fundamental I; Educação Especial; Coensino.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. G.; SILVA, A. C. F. da. Planejamento colaborativo: uma prática pedagógica eficaz para a educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de**

Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 6, p. 903-910, jun. 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.19686.

BRASIL. [Lei nº 13.146/2015]. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. **Nota Técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE**, de 23 de janeiro de 2014. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15894-secadi-documento-orientador-2014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jan. 2026.

CARASTRO, L. B. **Ensino colaborativo e o processo de escolarização de estudantes com deficiência intelectual**. 2024. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) – Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2024.

JESUS, S. de A. D. K. de; VALIM, R. L. de M.; JATOBÁ, A. Planejamento docente colaborativo como ferramenta estratégica de uma educação inclusiva: uma preliminar de pesquisa. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 79, p. 1-14, out./dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/teias.2024.84758.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research**: a guide to design and implementation. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

OLIVEIRA, D. R. de. **A inclusão dos estudantes da educação especial em uma escola pública de Minas Gerais**: um estudo de caso sobre planejamento escolar. Orientadora: Rosângela Veiga Júlio Ferreira. 2025. 230 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

SANTOS, N. A. dos. **Professores de Educação Especial e Professores de Educação Geral**: interações no planejamento colaborativo para estudantes com deficiência em uma escola pública do Distrito Federal. 2026. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2026.

TORRES, J. P.; HORTA, Í. B.; OLIVEIRA, J. P. de; FREITAS, I. X. de. Colaboração e trabalho docente na Educação Especial: uma práxis possível? **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 32, e16839, p. 1-19, 2025. DOI: https://doi.org/10.5335/rep.v32i0.16839.

ISSN: 2358-8829

TREVICHENSKI, J. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: um estudo sobre estratégias de ensino diferenciadas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 7, p. 2980-2996, jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i7.20235.